



Ecologia, Saberes e Cidadania: Genealogia de um Agendamento Midiático¹

Francisco de Moura PINHEIRO²
Francisco Aquinei Timóteo QUEIRÓS³
Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC

RESUMO

Ao assumir o poder no Acre, em 1999, o Partido dos Trabalhadores (PT), ao mesmo tempo em que criou o neologismo “florestania”, junção das palavras “floresta” e “cidadania”, também montou uma grande estratégia de propaganda midiática, em suposta defesa das ideias da preservação da natureza e do desenvolvimento sustentável. Quase todos os veículos de comunicação sediados no Estado passaram a reproduzir o discurso oficial, principalmente o jornal *Página 20*, cuja linha editorial até então era de franca oposição ao poder constituído. A proposta deste artigo é tecer considerações sobre esses fatos, à luz de conceitos teóricos como a ecologia dos saberes, o agendamento, o holismo e a análise do discurso.

PALAVRAS-CHAVE: agendamento; cidadania; ecologia dos saberes; *Página 20*.

1. Introdução

Durante os oito primeiros anos (1999 – 2006) do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado do Acre, na gestão do engenheiro florestal Jorge Viana, uma ideia foi amplamente disseminada para a população acriana: a de que o melhor caminho para o bem estar de uma sociedade amazônica, cujo passado estava ligado de forma visceral a uma economia de cunho extrativista, ligava-se intimamente aos preceitos do desenvolvimento sustentável, a partir do respeito ao meio ambiente, traduzido por ações de preservação a qualquer preço da rica biodiversidade local.

O discurso sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável, porém, planetariamente falando, não trazia, necessariamente, em seu bojo nenhum aspecto de novidade. Retrocedendo na história, pode-se encontrar vasta literatura dando conta de que já no final do século XVIII o

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2014.

² Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e jornalista na Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: fdandao@gmail.com.

³ Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Professor efetivo do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e Assessor de Comunicação da UFAC. E-mail: aquinei@gmail.com.



economista inglês Thomas Malthus alertava os seus contemporâneos para o crescimento acelerado da população e conseqüente esgotamento da capacidade produtiva da (BURSZTYN, 2006). É verdade que à época poucos acreditaram nas observações de Malthus, por entenderem que a ciência e a técnica seriam capazes de equacionar o problema.

Cento e sessenta anos mais tarde, entretanto, na década de 1960, as ideias de Thomas Malthus voltaram à tona. A população continuou crescendo e o planeta foi se tornando cada vez menos capaz de suprir as necessidades de todos. Nem a ciência nem a técnica, muito menos todos os pressupostos da modernidade, foram capazes de encontrar uma solução. Ainda mais que, para além da incapacidade de produzir alimentação para todos, surgiu, dada a necessidade voraz do sistema capitalista, um novo estilo de vida baseado primordialmente no consumo de mercadorias supérfluas e descartáveis.

O novo entendimento fez, inclusive, ser iniciada uma longa lista de publicações chamando a atenção do mundo para a necessidade do surgimento de alternativas que substituíssem o modelo vigente de exploração dos recursos naturais. Casos, de acordo com Loureiro (2003), só para citar os títulos considerados emblemáticos trazidos à luz nos anos de 1960, de Primavera Silenciosa (1962), da bióloga norte-americana Rachel Carson, de *The Tragedy of the Commons* (1967), do ecologista também norte-americano Garret Hardin, e de *The Population Bomb* (1968), do bacteriologista alemão Paul Ehrlich. O primeiro sobre a descoberta dos efeitos nocivos dos pesticidas e inseticidas químicos, enquanto que os outros dois contendo críticas a respeito da superpopulação e explicando “a necessidade de controlar o crescimento populacional humano, em uma perspectiva assumidamente neomalthusiana” (LOUREIRO, 2003, p. 26).

Essa efervescência fez surgir um novo ideário cujo conjunto de diretrizes passou a ser conhecido por “ideologia verde”. Todo um arcabouço de crenças, construções da realidade e entes significativos se aglutinaram num só bloco a partir, principalmente, de uma vasta prática discursiva. Nestas, usando-se um arsenal composto, entre outros, de significantes vazios e um ponto nodal, passou-se a produzir uma realidade social, dando causa e direção à ação humana dentro de um princípio ideológico.

Dessa forma, voltando ao tema principal estabelecido no início deste texto, dado que a importância da preservação ambiental não era necessariamente uma novidade, em termos de mundo, o PT acriano viu-se na obrigação de incorporar alguns elementos na sua construção discursiva, juntando num só vocábulo as palavras “floresta” e



“cidadania”, criando, com isso, o neologismo “florestania”. Uma espécie de ponto nodal para condensar as ideias em torno das quais passaram a girar tanto o discurso, quanto boa parte das ações políticas e sociais dos respectivos dirigentes políticos.

Sinteticamente falando, entre as linhas do novo ideário destacava-se um conjunto do que os ideólogos do partido chamavam “primazias”, partindo de um “ponto zero”: o da superação do conceito e das práticas do antropocentrismo. “O homem”, no dizer de Antônio Alves, um dos ideólogos da florestania, (*apud* SANT’ANA JÚNIOR, 2004, p. 287), “é parte da natureza, ele não é dono da natureza, ele não é toda a natureza, ele é uma parte dela (...)”. Além desse ponto zero, outros dois pontos foram estabelecidos. O “ponto um”, que estabelecia como primazia o respeito pelas populações indígenas, e o “ponto dois”, que estabelecia como primazia o respeito pelos outros povos da floresta, no caso os seringueiros, os ribeirinhos e os extrativistas. Os petistas diziam que, assim procedendo, estabeleciam as bases para a tessitura de um “contrato natural”, que tinha o poder de transcender e abarcar o antigo “contrato social” (SANT’ANA JÚNIOR, 2004).

No cerne da florestania estava a questão da valorização de um conjunto de pessoas que, embora cruciais para a incorporação do Acre ao território nacional, jamais tiveram reconhecido esse valor. Muito pelo contrário, pouco depois da época das lutas contra a Bolívia pela anexação do espaço geográfico do Acre ao Brasil essas pessoas foram relegadas a viver de forma quase sub-humana, extraindo o látex da seringueira para abastecer com essa matéria prima os grandes centros da indústria mundial. E quando cessou o chamado Segundo Ciclo da Borracha, cujo ápice da economia extrativa se deu durante a II Guerra Mundial, esse contingente anteriormente referido viu ser jogado no lixo da história todo o seu conhecimento das potencialidades e segredos da floresta.

Para que esta valorização de costumes, cultura e saberes pudesse de fato ser efetivada e, por consequência, para que os habitantes da floresta acreana pudessem ser resgatados à sua condição de cidadãos, os ideólogos da florestania, cinquenta anos depois do último *boom* da borracha, entenderam que existia outra importante variável. A de que nada daquilo que estava sendo proposto poderia ser efetivado se não fosse trabalhado um conjunto de sustentabilidades, a partir de cinco eixos temáticos: social, político, ambiental, econômico e cultural.

O social, para que as populações pudessem permanecer no seu habitat; o político, para que as decisões não fossem mais tomadas de cima para baixo; o



ambiental, com respeito aos aspectos da preservação, já mencionados; o econômico, para que houvesse condições dignas de vida; e o cultural, que Antônio Alves (*apud* SANTA'ANA JÚNIOR, 2004) chama de “chão de toda a sustentabilidade”, para que fossem afirmadas as bases de uma suposta identidade acreana, eixo ao redor do qual grande parte do discurso ideológico da florestania iria girar nos anos posteriores.

O passo seguinte para que a florestania deixasse de ser um discurso teórico-laboratorial deveria ser o da disseminação do novo ideário. Assim, o governo do PT do Acre montou uma grande estratégia de propaganda, abrangendo a maioria esmagadora dos veículos de comunicação sediados no Estado (alguns, inclusive, de fora dos limites geográficos estaduais). Estratégia essa confirmada pelo próprio secretário de Comunicação Social nos dois primeiros mandatos do PT no Governo do Acre, jornalista Aníbal Diniz, em entrevista a Pinheiro (2005), conforme o seguinte fragmento: “Nós construímos um sistema de radiodifusão e televisão públicas no Acre, realmente, a serviço da ideia da florestania. A gente construiu essa rede com esse foco (...)”.

No segmento da mídia impressa, a exceção do jornal *O Rio Branco*, cujo proprietário era ligado, nos oito anos de mandato do governador Jorge Viana, a um partido político de oposição ao PT, todos os outros jornais, assim como emissoras de televisão e rádio, além dos veículos diretamente ligados ao Governo, ganharam cotas publicitárias para, diuturnamente, destinar imensos espaços para a divulgação da florestania.

2. O papel crucial do jornal *Página 20* no agendamento da florestania

O jornal *Página 20*, de todos os veículos que não estavam, de forma oficial, ligados à Assessoria de Comunicação Social do Estado, foi o que aderiu à causa da florestania com mais ardor. Prova disso foram as 800 matérias sobre desenvolvimento sustentável, povos e produtos da floresta publicadas nas páginas do jornal nos oito anos de mandato do governador Jorge Viana. Deste total, foram 39 matérias (artigos, editoriais, entrevistas e reportagens) versando especificamente sobre a florestania.

Uma explicação plausível para tamanho engajamento é a de que o referido jornal nasceu como uma espécie de braço ideológico do Partido dos Trabalhadores, quando este ainda não chegara ao poder. Essa é uma afirmação fácil de ser comprovada, bastando para isso um mergulho nos arquivos do jornal, em cujo primeiro número, que foi para as bancas em março de 1995, uma das manchetes principais atacava de forma



direta e explícita o então governador do Acre (1995-1999) Orleir Cameli, eleito no ano anterior pelo Partido Social Democrático (PSD-AC). “Deputado acusa Orleir de devastar a Amazônia e proteger assassinos de Chico Mendes”, dizia a chamada de quase meia página.

Entre 1995 e 1999 o *Página 20* viveu um período de incertezas, do ponto de vista da própria sobrevivência, dada à linha editorial agressiva com relação aos poderosos plantados na região. Em um estado onde o poder público configura-se com o maior dos investidores, qualquer empresário que anunciasse num jornal que denunciava, número após número, os deslizes do Governo, estaria se descredenciando ao merecimento de ser aquinhado por verbas e obras oriundas desse segmento. Ou seja, seria um potencial candidato à falência. O jeito encontrado pelo jornal para seguir adiante, foi angariar doações de simpatizantes e militantes de partidos de esquerda, que também faziam, eventualmente, o papel de vendedores de assinaturas.

Com a chegada do PT ao governo do Estado, além de o *Página 20* passar a contar com verbas públicas, também tratou de mudar radicalmente a sua linha editorial. Se antes era de fustigação do poder político instituído, agora, coerentemente com a escolha ideológica anterior, era de defesa das ações desse poder. Na explicação de Costa (2007, p. 93), a respeito dessa mudança de direção editorial do *Página 20*, “o grupo político que apoiava o veículo na luta contra os políticos que governavam o Estado nos primeiros anos de jornal agora deixou de ser oposição e virou situação”. E da mesma forma, ainda de acordo com Costa (2007, p. 93), “os colaboradores do projeto, que antes eram militantes esquerdistas, hoje ocupam cargos políticos nos mais diversos escalões do poder”.

O que se passou a ver no *Página 20*, a partir dessa nova orientação editorial, foram matérias e fotografias mostrando de forma intensiva, às vezes até com exagerada redundância, o que existia de melhor e mais atrativo no estado do Acre. Passaram a ter generosos espaços nas páginas do jornal temas relativos a tribos indígenas, assuntos culturais, demandas estudantis e movimentos populares. O jornal se engajou de tal modo na ideia de mostrar apenas os fatos positivos que, durante algum tempo, qualquer imagem relativa a algum fato violento deixou de ser estampada entre as chamadas de capa. Dentre esses fatos ditos positivos, tornou-se primordial a opção por matérias valorativas das ações tanto dos homens quanto dos produtos da floresta. “O desenvolvimento sustentável e o meio ambiente sempre foram assuntos para discussão



no jornal e as reportagens especiais os têm como tema prioritário (...)”, explicou o editor Tião Vítor a Tatiana Costa (2007, p. 94).

Desta forma, por conceder espaços tão generosos à bandeira ideológica desfraldada pelo PT do Acre a partir da ascensão deste ao poder, é que o *Página 20* chegou ao número de 800 matérias a respeito dos povos e das coisas da floresta ao longo de oito anos, cuja genealogia passará a ser descrita, resumidamente, nas próximas linhas deste artigo.

1999 – Foram publicadas 13 matérias, entre 1º de maio e 11 de dezembro. A primeira das matérias, sob o título “Ecumenismo ambiental”, estabelecia uma espécie de preparação para o agendamento dos anos seguintes. Assinada pelo jornalista Jorge Natal, a matéria lembrava os conflitos no campo iniciados na década de 1970 e que culminaram com o assassinato do seringueiro Chico Mendes, em dezembro de 1988. Já na última matéria publicada em 1999, sob o título “Reconhecimento – Wilson Pinheiro dá nome ao primeiro polo agroflorestal do Governo Jorge Viana”, fica evidente a mensagem de que o homem da floresta acreana poderá, doravante, permanecer no seu habitat, uma vez que o poder público agora se esforça para garantir o seu bem-estar.

2000 – Foram veiculadas 43 matérias, entre 6 de janeiro e 7 de dezembro. Neste ano, pela primeira vez um texto falou explicitamente sobre a nova ideologia proposta pelo PT do Acre. Assinada pela jornalista Cristina Ávila, a matéria, sob o título “Florestania”, foi publicada no dia 16 de fevereiro. Originalmente publicada no *Correio Brasiliense*, a matéria, em tom didático, explicava a decadência da base da riqueza acreana, centrada no extrativismo vegetal e de como as novas políticas públicas praticadas no estado estavam conseguindo reverter a situação. A essa primeira matéria, sucederam-se outras três tratando especificamente da florestania.

2001 – Foram publicadas 76 matérias, entre 6 de janeiro e 7 de dezembro. Neste ano, apenas duas matérias trataram objetivamente da questão da florestania. A primeira, publicada no dia 27 de janeiro, sob o título “Geração de empregos” e subtítulo “Florestania aponta bons resultados na geração de empregos por ocupação produtiva”, de responsabilidade da redação do jornal. A segunda, identificada como sendo um *release* da Assessoria de Comunicação do Estado, sob o título “Florestania” e com o subtítulo “Jorge Viana diz que seu governo colocou o Acre no rumo certo”.

2002 – Foram publicadas 143 matérias entre o dia 15 de janeiro e o dia 29 de dezembro. Dessa enorme massa de informação monotemática, oito matérias (três artigos, quatro reportagens e um editorial) falavam diretamente a respeito da florestania.



O primeiro texto sobre o tema específico foi publicado no dia 10 de fevereiro, assinado por Elson Martins, sob o título “Acre dividido”, aludindo às diferenças na vida dos acreanos, referentes aos tempos anterior e posterior ao governo do PT. O último texto do ano sobre a florestania foi publicado no dia 2 de outubro. Sob o título “Florestania: a saga acreana e o Governo da Floresta”, tratava-se da síntese de uma tese de doutorado de Horácio Antunes Sant’Ana Júnior, assinada por ele mesmo.

2003 – Foram publicadas 157 matérias (editoriais, reportagens, artigos), entre 8 de janeiro e 30 de dezembro. Nove dessas matérias sobre o tema específico da florestania. A primeira delas, em 17 de janeiro, intitulada “Povos da floresta discutirão futuro sustentável em encontro no Juruá”, sem assinatura, tratando de como a florestania tem ajudado a melhorar a vida das pessoas na região. O último texto do ano tratando do novo ideário foi publicado em 23 de outubro, assinada por Tião Maia, sob o título “Oficiais do EB vem conhecer a florestania”, tratando de uma palestra do governador Jorge Viana para candidatos ao posto de general do Exército brasileiro.

2004 – Foram publicadas 129 matérias, entre 8 de janeiro e 21 de dezembro. Quatro dessas matérias tratando da florestania de forma específica. A primeira delas, intitulada “Centros de florestania recebem barcos”, sem assinatura, tratando da doação de embarcações de médio porte para ajudarem no escoamento da produção das comunidades ribeirinhas, foi publicada no dia 22 de janeiro. A última, sob o título “Os caminhos da florestania”, foi publicada no dia 14 de novembro, assinada por Terri Aquino, falando dos roteiros estabelecidos pelos povos da floresta entre as respectivas comunidades.

2005 – Foram publicadas 157 matérias, entre 11 de janeiro e 26 de dezembro. Seis dessas matérias sobre a florestania. A primeira delas, no dia 3 de maio, sob o título “Inaugurado outro centro de florestania num dos pontos mais isolados do Acre”, texto assinado por Tião Maia, sobre benefícios que o governo estava levando para uma comunidade isolada. A última, no dia 26 de dezembro, sob o título “Prêmio aos cultivadores da florestania”, sem assinatura, tratando de uma espécie de reconhecimento patrocinado pelo Governo do Estado a pessoas que tenham no decorrer do ano tomado algum tipo de iniciativa de consolidação das ações da florestania.

2006 – Foram publicadas 82 matérias sobre questões relacionadas à floresta, entre 6 de janeiro e 27 de dezembro. Seis desses textos sobre a florestania. O primeiro, no dia 4 de maio, sob o título “Técnicos recebem treinamento para a elaboração de projetos ao Pró-Florestania”, assinado por Edmilson Ferreira, a respeito de uma



capacitação promovida pelo Governo do Estado, no sentido de ajudar as chamadas populações tradicionais a terem acesso aos benefícios de programas públicos. O último texto, publicado no dia 22 de dezembro, assinado por Edmilson Ferreira, sob o título “Prêmio Chico Mendes de Florestania”, versando sobre uma iniciativa do Governo de reconhecer publicamente “atividades em defesa da sustentabilidade e para manter a memória do ambientalista Chico Mendes” (FERREIRA, 2006, p. 12).

3. Ecologia dos Saberes e homeopatia

Entre as diversas matérias jornalísticas sobre as questões ecológicas, usadas como argumento principal de sustentação do discurso da florestania, o jornal *Página 20* concedeu espaços generosos para a relação entre a preservação da natureza e o poder de cura contido nos elementos da floresta, através das suas plantas medicinais, muitas das quais ainda desconhecidas da ciência. Foram publicadas seis matérias sobre esse tema nos sete primeiros meses de 2002, o último do primeiro mandato do governador Jorge Viana, que se encontrava naquele momento em plena campanha pela reeleição.

As seis matérias, publicadas entre 30 de janeiro e 17 de julho, foram as seguintes: “Farmácia Verde – Remédios com ingredientes amazônicos invadem o mercado alternativo”, assinada pela “Redação” (30 de janeiro); “Renascimento – Lideranças debatem os princípios da medicina da floresta”, assinada por Rose Farias (21 de fevereiro); “O santo da floresta – Padre Paolino traz em seu livro Medicina da Floresta receitas naturais para cura e prevenção de doenças”, assinada pela “Redação” (22 de março); “O médico da floresta – Padre Paolino planta a semente da solidariedade em prol da saúde das populações carentes utilizando a sabedoria dos povos da floresta”, assinada por Rose Farias (14 de abril); “Unha-de-gato: um recurso com potencial de exploração no Acre”, assinada por Elias Melo de Miranda e João Alencar de Souza, engenheiros agrônomos da Embrapa; e “Voluntária cura doentes com remédios da floresta – Cabeleireira diz curar qualquer doença usando bioenergia e recursos naturais”, sem assinatura (17 de julho).

Este agendamento da cura de algumas doenças, a partir do uso de plantas medicinais encontradas no espaço territorial acreano, remete, inicialmente, a um aspecto do discurso fundador da florestania, relatado na primeira parte deste texto: o de que a nova ideologia proposta pelo PT local, assim como as ações decorrentes da execução delas, deveria pautar as suas ações pelo respeito ao conhecimento dos povos da floresta.



Mas remete também a outro viés desse mesmo discurso fundador, igualmente aludido anteriormente neste texto: o da superação do antropocentrismo a partir da compreensão de que o homem não é dono da natureza, mas parte dela. Partindo desse pressuposto, a leitura das matérias remete a dois percursos teóricos: a concepção sistêmica dos princípios do holismo e da saúde, e a ecologia dos saberes.

No que diz respeito ao primeiro percurso, o da relação entre o holismo e a saúde, configura-se imprescindível recorrer a Capra (1999, p. 305), quando o referido autor analisa um dos mais significativos livros da medicina hipocrática, “Ares, águas e lugares”, afirmando representar este o que poderia ser chamado de “tratado sobre ecologia humana”. No dizer de Fritjof Capra, físico teórico austríaco notabilizado pelo seu trabalho em prol da educação ecológica, o livro aludido “mostra em detalhes como o bem estar dos indivíduos é influenciado pelos fatores ambientais – a qualidade do ar, da água e dos alimentos, a topografia da terra, os hábitos gerais da vida” (CAPRA, 1999, p. 305). E mostra, igualmente, como existe uma correlação entre mudanças abruptas destes fatores e o surgimento de doenças. Ressaltando, por fim, que “esse aspecto da medicina hipocrática foi seriamente negligenciado com a ascensão da ciência cartesiana, e só agora está sendo apreciado de novo” (CAPRA, 1999, p. 305).

A relação entre os fundamentos da florestania, do holismo e da saúde, entretanto, não se limita às ideias do equilíbrio, o que, no fim das contas, significa prevenção e não cura. No tocante a este último aspecto, o da cura, porém, Capra explica que Hipócrates também o levou em conta, afirmando que o médico grego “reconheceu as forças curativas inerentes aos organismos vivos” (CAPRA, 1999, p. 305), aos quais denominou “poder curativo da natureza” (HIPOCRATES *apud* CAPRA, 1999, p. 305). O papel do médico, no dizer de Capra (1999, p. 305), “consistia em ajudar essas forças naturais mediante a criação de condições mais favoráveis para o processo de cura”. Esse, a propósito, seria o “significado original da palavra ‘terapia’, que deriva do grego *therapeuin* (‘dar assistência’, ‘cuidar de’)” (CAPRA, 1999, p.305).

Não bastassem todos esses indícios, a matéria publicada pelo *Página 20* no dia 17 de julho de 2002, sob o título “Voluntária cura doentes com remédios da floresta – Cabeleireira diz curar qualquer doença usando bioenergia e recursos naturais”, dá provas ainda mais cabais sobre a relação holismo/homeopatia/florestania. O entendimento, a partir da leitura da matéria, é o de que os recursos naturais, de acordo com o que garante a cabeleireira/curandeira, têm o poder de restabelecer o equilíbrio energético da vida. Exatamente os recursos naturais que a florestania propõe respeitar e



preservar, em consonância com a concepção homeopática de que “a enfermidade resulta de mudanças num padrão de energia ou ‘força vital’, a qual é a base de todos os fenômenos físicos, emocionais e mentais (...)” (CAPRA, 1999, p. 334), e cujos remédios “são substâncias derivadas de animais, plantas e minerais, e são tomados em forma altamente diluída” (CAPRA, 1999, p. 335).

No tocante às matérias publicadas no *Página 20*, em 2002, sobre as plantas medicinais encontradas na floresta acreana e sua relação com a florestania e a ecologia dos saberes, em referência ao segundo percurso teórico assinalado neste item, faz-se necessário recorrer ao pensamento do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, evidenciado no artigo “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes” (SANTOS, 2010, p. 31).

A tese defendida por Boaventura de Sousa Santos é a de que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, constituído por distinções que dividiriam a realidade social em universos diferentes entre si, separados por uma linha. “A divisão é tal que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade” (SANTOS, 2010, p. 32). Não é possível aos dois lados da linha uma coexistência neste padrão de pensamento. “O lado da linha que prevalece, somente o faz porque esgota o campo da realidade pertinente e relevante” (PINHEIRO, 2013, p. 32). Enquanto isso, para além da linha que prevalece, “há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (SANTOS, 2010, p. 32).

Esse pensamento abissal, no raciocínio de Boaventura Sousa Santos tem como representantes primordiais dois pilares: o conhecimento científico e o estatuto do direito. Tanto um como o outro criam “um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal forma que as invisíveis se tornam o fundamento das visíveis” (SANTOS, 2010, p. 33). O resultado disso é que a ciência, que foi estabelecida pelo pensamento moderno como representante do campo do conhecimento, passa a ser impregnada pelo monopólio da distinção absoluta entre o verdadeiro e o falso. Enquanto isso, no campo do direito, o lado bom da linha se configura naquilo que se convencionou chamar de legal. “O legal e o ilegal são as duas únicas formas de existência perante a lei, e por esta razão a distinção entre ambos é universal” (SANTOS, 2010, p. 33).

A ciência e o direito, de acordo com a teoria proposta por Boaventura Sousa Santos, eliminam quaisquer realidades que se encontram do outro lado da linha. Por isso são denominadas abissais. “Esta negação radical de copresença fundamenta a afirmação da diferença radical que, deste lado da linha, separa o verdadeiro do falso, o legal do



ilegal” (SANTOS, 2010, p. 34). E por ser assim é que “o outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa” (SANTOS, 2010, p. 34).

O rompimento desse pensamento abissal, na proposta de Boaventura Sousa Santos, deve acontecer a partir do que o citado autor chama de pensamento pós-abissal, cujo pressuposto fundamental é reconhecer que a exclusão social no seu sentido mais amplo toma formas variadas. “O reconhecimento da persistência do pensamento abissal é, assim, a *conditio sine qua non* para começar a pensar e a agir para além dele” (SANTOS, 2010, p. 52). O não reconhecimento do pensamento abissal faz com que o pensamento permaneça derivativo, reproduzindo o raciocínio abissal, mesmo que se proclame o contrário disso.

A ecologia dos saberes seria, então, levando-se em conta essa proposta de passagem do pensamento abissal para o pensamento pós-abissal, o confronto da monocultura da ciência moderna, a partir do reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos, bem como da possibilidade de promover “interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia dos saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento” (SANTOS, 2010, p. 53). Exatamente como os ideólogos do PT acreano conceituaram a florestania.

4. Considerações finais

O discurso da florestania, proposto pelos dirigentes petistas acreanos a partir de 1999, cujo eixo central era o desafio da preservação ambiental, não poderia deixar de exercer uma enorme empatia entre os habitantes do Acre, dado, entre outras questões, uma longa história local de depredação da natureza e de conflitos sangrentos no campo entre antigos ocupantes e novos proprietários da terra. A florestania, nesse sentido, seria uma palavra de ordem, uma espécie de carro-chefe de um amplo discurso, ao redor do qual foram engendradas totalizações que, embora transitórias, foram formuladas como se de forma definitiva e irrevogável. Formulações que, é preciso ressaltar, apontavam para posições de um sujeito (o estado) em busca de uma pretensa homogeneização das diversas classes sociais num hipotético lugar - o mais alto possível - da pirâmide social.

Um discurso ideológico, entretanto, pode permanecer meramente como um exercício retórico, caso não siga agregando valores simbólicos e práticos no decorrer do tempo, mesmo quando cala fundo entre o público-alvo logo após a sua formulação.



Nesse sentido, pode-se dizer que a florestania tratou de percorrer os dois caminhos. Agregou valores simbólicos ao estabelecer uma oposição entre modelos de desenvolvimento, antes e depois do PT: o da exploração predatória perpetrada por governantes anteriores, com base na racionalidade antropocêntrica característica da modernidade, em contraposição ao respeito pela natureza. E agregou valores práticos ao sinalizar para a melhoria da vida dos acreanos, principalmente dos chamados povos da floresta, a partir da valorização dos seus conhecimentos, produtos e tradições.

Autodenominando-se “Governo da Floresta”, os petistas do Acre assumiram a luta dos primeiros habitantes do espaço geográfico acreano, bem como dos seus descendentes, no sentido de que o modo de vida destes poderia ser mantido, a partir da manutenção das suas tradições, mas sem, no entanto, abrir mão dos benefícios que o conceito de cidadania oferece aos habitantes dos centros urbanos. Mas não se entenda a iniciativa dos políticos da citada sigla partidária como uma intenção de, meramente, transferir esses benefícios. Se assim fosse, esse simples deslocamento de valores provavelmente causaria um choque cultural de proporções extremamente nefastas, por não se coadunar com o modo de viver daqueles a quem se destinava. A intenção era mesclar valores: levar a cidadania, mas respeitando a cultura dos atingidos pela ação.

É importante destacar, em se tratando de uma construção discursiva, o quanto os propositores de uma nova ideologia devem estar atentos à estrutura social a qual se destina a sua mensagem. O discurso, além de reflexo de uma realidade social mais profunda, deve ser representado idealizadamente como fonte do social (FAIRCLOUGH, 2008). No caso da florestania, a própria junção das palavras “floresta” e “cidadania” já denotava força suficiente para que os integrantes da população-alvo se sentissem reconhecidos pelos novos governantes, o que não costumava acontecer em todos os governos anteriores que estiveram no comando do destino político dos acrianos, de acordo com o próprio argumento usado pelos petistas. Assim, depois da inserção do discurso da florestania marca-se a posição do sujeito até então excluído.

Em referência à produção dos textos jornalísticos voltados para a disseminação da florestania, objeto maior deste artigo, deve-se salientar que a maioria deles nasceu da verve criativa de profissionais ligados à Assessoria de Comunicação do Governo do Acre. Ou então, no caso de textos opinativos, foram produzidos a partir da iniciativa de técnicos de alguma maneira ligados à secretarias de Estado. Isso é fácil de ser constatado, tanto quando os textos são assinados quanto em momentos em que não o são, uma vez que estes últimos, frequentemente, são publicados em mais de um jornal,



com o mesmíssimo teor, caracterizando um *release* que foi integralmente aproveitado pelo veículo que o publicou. Nos oito primeiros anos do governo do PT, muitas vezes os textos de divulgação da florestania foram, inclusive, publicados em forma de editoriais.

A partir dessa constatação, uma das reflexões que se pode fazer é a da importância do papel das “fontes” no jornalismo, a partir dos ensinamentos de Barros Filho (1995), para quem estas relativizam sobremaneira a prerrogativa dos meios de comunicação na verificação da realidade social. No caso da disseminação do discurso da florestania pelos veículos de comunicação localizados no Acre, invariavelmente as fontes de informação procediam do poder constituído. Com isso, acrescentando-se que a maioria dos veículos recebia verbas publicitárias oficiais, naturalmente, acabou sendo produzido em larga escala um discurso único, praticamente sem espaço algum para eventuais argumentações contraditórias. Em outras palavras, a informação foi tratada de forma objetivada, dispensando quase que integralmente um tratamento jornalístico.

O agendamento da mídia, porém, não é o único a que se pode aludir nessa relação entre política e veículos de comunicação. Segundo ensina Barros Filho (1995, p. 191), a “seleção prévia das informações, operada pelos profissionais da política (...), visa num primeiro momento o agendamento da mídia e num segundo momento o agendamento dos consumidores de produtos políticos (...)”. A consequência disso é que a representação do mundo social ideal, oriunda da determinação do poder político, a partir do agendamento do tema escolhido, passa a ser vista pelo receptor/consumidor como o produto certo a ser escolhido. Mesmo que a escolha desse receptor/consumidor inicialmente não fosse essa, levando em conta as suas percepções, a tendência é que ele mude de ideia por conta do agendamento que estabelece um convencimento geral.

Especificamente referindo-se às questões da ecologia dos saberes e da homeopatia, objetos de agendamento mais expressivo no jornal *Página 20*, na primeira metade de 2002, é de se crer que tanto um como o outro tema acabaram sendo usados como fundamentos argumentativos, na condição de signos flutuantes de um conceito maior (a florestania, no caso), cuja pretensão, por parte dos idealizadores, era estabelecer uma totalização discursiva que pudesse fazer os interesses de todos os atingidos girarem em torno de um ponto comum. A cura pelas plantas, o reequilíbrio do corpo e do espírito através da bioenergia, o respeito pelos saberes tradicionais, tudo isso ajudou a compor o discurso da florestania, passando para o povo acreano a ideia de que tudo estava ao seu dispor e de que o centro do mundo era o seu lugar de origem.



Por fim, considerando-se todos os conceitos, argumentos e informações contidos neste artigo, bem como o de documentos, leituras, depoimentos e entrevistas que não puderam ser aproveitados aqui, dada a exiguidade do espaço, cabem duas afirmações derradeiras. Primeira: a de que o discurso da florestania não apenas significou e representou o mundo dos povos da floresta, mas também construiu esse mundo em significado, “a partir tanto das práticas culturais quanto discursivas e/ou sociais desse contingente humano” (PINHEIRO, 2013, p. 212). Segunda: a de que os ideólogos do novo discurso, ao mesmo tempo em que representaram e construíram em significado o referido mundo, trataram igualmente de socializá-lo, disseminando-o para os grupos das zonas rural e urbana e estabelecendo um domínio de saber comum sobre o mesmo tema.

4. Referências bibliográficas

BARROS FILHO, Clóvis. *Ética na Comunicação – Da informação ao receptor*. São Paulo : Moderna, 1995.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida & BURSZTYN, Marcel. *Desenvolvimento Sustentável – Biografia de um conceito*, in Economia, Meio Ambiente e Comunicação (Orgs. Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo de Souza Viana). Rio de Janeiro : Garamond: 2006.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação – A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo : Cultrix, 1999.

COSTA, Tatiana Camila da Silva Campos. *Galinho Bom de Título – A história do jornal Página 20*. Monografia. Rio Branco : UFAC, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília : UnB, 2008.

FERREIRA, Edmilson. *Prêmio Chico Mendes de Florestania – José Roberto Marinho, Saboaria Xapuri e Cia. Garatuja são os grandes vencedores*. Reportagem. Jornal Página 20. Rio Branco, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico – Uma abordagem política*. Rio de Janeiro : Quartet, 2003.

PINHEIRO, Francisco de Moura. *A Invenção da Florestania – A participação da mídia acreana na construção de um novo discurso ideológico*. Tese de doutorado. São Paulo : PUC, 2013

_____. *Florestania: meio ambiente, ideologia e hipóteses de um agendamento*. Artigo. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza : Anais, 2012.



_____ Entrevista gravada com Aníbal Diniz, Secretário de Comunicação do Estado do Acre nas duas gestões do governador Jorge Viana (1999-2002 e 2003-2006). Rio Branco, 2005.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. *Florestania: a saga acreana e os povos da floresta*. Rio Branco : Edufac, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paulo (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo : Cortez, 2010.

SILVA, Nilson Euclides. *Um Governo na Floresta*. Tese de doutorado. São Paulo : PUC, 2009.